



# 11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,  
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

---

Eixo: Direitos geracionais

## Velhice, ruralidade e militância: A resistência ativa no Espírito Santo

Thays Hage da Silva<sup>1</sup>

Mariana Bonomo<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisou como concepções e vivências de velhice e ruralidade articulam-se à militância entre pessoas idosas rurais no Espírito Santo. Os dados foram analisados via Teoria Fundamentada nos Dados. Sob a lente da Teoria da Identidade Social, os resultados revelaram que a dupla pertença (ser pessoa idosa e rural) forja-se na resistência ativa. Rejeitando o declínio, os sujeitos afirmam uma velhice ativa e militante. Diante da invisibilidade estatal, o acesso a direitos ocorre por uma cidadania mediada por sindicatos e movimentos sociais. Conclui-se que as políticas sociais devem superar a visão assistencialista e reconhecer este protagonismo, assegurando um envelhecer digno nos diferentes contextos.

**Palavras-chave:** militância; pessoa idosa; políticas públicas; ruralidade; teoria da identidade social.

## Aging, rurality, and militancy: Active resistance in Espírito Santo

**Abstract:** This study analyzed how conceptions and experiences of old age and rurality are linked to militancy among rural older adults in Espírito Santo. Data were analyzed through Grounded Theory. Under the lens of Social Identity Theory, results revealed that dual belonging (being an older and rural person) is forged in active resistance. Rejecting decline, subjects affirm an active and militant old age. Given state invisibility, access to rights occurs through citizenship mediated by unions and social movements. It is concluded that social policies must overcome the welfare-based view and recognize this protagonism, ensuring dignified aging in different contexts.

**Keywords:** militancy; older adult; public policy; rurality; social identity theory.

### 1. Introdução

O envelhecimento populacional no contexto rural transcende os processos biológicos e demográficos, configurando-se como um complexo campo de disputas simbólicas e identitárias (ALCÂNTARA, 2016). A ruralidade, compreendida como um "espaço de vida" com valores próprios, onde trabalho, família e relação com a terra forjam sociabilidades singulares (WANDERLEY, 2009; WOORTMANN & WOORTMANN, 1997), é frequentemente confrontada por um sistema hegemônico

---

<sup>1</sup> Doutora e Pós-doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Email: thayshage@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo e Professora do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Email: mariana.bonomo@ufes.br.

pautado em ideologias urbanocêntricas. Nesse cenário, as trajetórias das pessoas idosas rurais são marcadas por processos de heterocategorização estigmatizante, ou seja, categorizações impostas por grupos externos que lhes atribuem um status desvalorizado (BONOMO & SOUZA, 2013; TAJFEL, 1982).

Nessa dinâmica, a pessoa idosa rural encontra-se na intersecção de um duplo preconceito estrutural: o etarismo, que a marginaliza a partir da presunção do declínio físico e da inatividade (NERI, 2006), e o estigma da ruralidade, que a posiciona à margem do desenvolvimento, associando-a ao "atraso" e à obsolescência produtiva (FAVARETO, 2010). Esta dupla marginalização desafia a manutenção de uma identidade social positiva, uma vez que o ambiente social pressiona à assimilação de estereótipos de passividade (TAJFEL, 1983). Diante de tais ameaças, o território pode emergir como base de resistência, onde a identidade é negociada frente às pressões externas.

Para compreender os mecanismos psicossociais envolvidos nessas reações, este estudo apoia-se na Teoria da Identidade Social (TIS) (TAJFEL, 1983; TAJFEL & TURNER, 1986). A TIS postula que a identidade social deriva do pertencimento a grupos e do valor emocional a eles atribuído (TAJFEL, 1982). Quando o grupo de origem (in-group) sofre com um status negativo, os sujeitos podem mobilizar estratégias para restaurar a distintividade positiva. No contexto rural, a ideia do envelhecimento ativo (OMS, 2005) e a manutenção da capacidade de trabalho surgem como possíveis escudos contra o estigma da dependência (CEREZA, 2022; SILVA, 2020). Assim, o trabalho assume um papel central na validação da utilidade social e dignidade (DEBERT, 1997).

Entretanto, as ameaças à identidade são aprofundadas pela realidade institucional, especialmente no estado do Espírito Santo, onde a forte tradição da agricultura familiar tensiona o acesso efetivo aos direitos. A operacionalização das políticas públicas no campo enfrenta a baixa capilaridade estatal e a centralização dos serviços nos centros urbanos, gerando o que se denomina invisibilidade logística (ALCÂNTARA, 2016; VASQUEZ, 2009). Este cenário é agravado pela exclusão digital, que torna a pessoa idosa rural dependente de mediadores para acessar serviços básicos (ALVARENGA & LOBATO, 2023; IBGE, 2022).

Neste contexto de vácuo estatal, a militância e o engajamento político apresentam-se como variáveis fundamentais (GOHN, 2019). Segundo a TIS, quando a mobilidade individual é inviável ou não desejada, os sujeitos podem optar por estratégias de mudança social (TAJFEL, 1983). A politização da identidade (SIMON & KLANDERMANS, 2001) sugere que a militância atua como eixo transacional, permitindo que o sujeito saia da posição de receptor passivo para a de protagonista (GOHN, 2019). Desta forma, a garantia de dignidade passa a operar por meio de uma "cidadania mediada", onde movimentos sociais e sindicatos atuam como pontes para a restauração do status do grupo (GOHN, 2010; MIRANDA & FIÚZA, 2017).

Considerando tal dinâmica, o presente trabalho tem como objetivo analisar, sob a ótica da Teoria da Identidade Social, como as concepções e vivências de velhice e ruralidade se articulam à afirmação da militância entre pessoas idosas rurais no estado do Espírito Santo. Busca-se demonstrar que a militância não é apenas uma demanda por recursos materiais, mas um veículo de autocategorização positiva e agência política. O estudo pretende evidenciar como o protagonismo e a dupla pertença identitária exigem políticas intersetoriais que superem a lógica assistencialista e assegurem o envelhecimento digno no território rural (CAMARANO & PASINATO, 2004).

## **2. Método**

### **a. Participantes, instrumentos e procedimentos de coleta dos dados**

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Fundamentada nos Dados (CHARMAZ, 2009). O estudo foi desenhado para compreender os fenômenos a partir das narrativas e do contexto de vida dos próprios sujeitos, buscando a saturação teórica acerca de seus processos identitários.

Participaram da pesquisa 63 pessoas idosas, consideradas lideranças em suas comunidades rurais, distribuídas entre municípios do estado do Espírito Santo. A idade dos participantes variou entre 60 e 90 anos (média de 67,2 anos), sendo 29 mulheres e 34 homens. Em relação à autodeclaração quanto à cor/raça, a amostra se constituiu da seguinte forma: 60,3% brancos, 34,9% pardos, 3,3% pretos e 1,6% amarelos.

Para a seleção dos participantes, foram adotados os seguintes critérios de inclusão: a) ter 60 anos ou mais; b) ter nascido e residido a maior parte da vida em área rural no estado do Espírito Santo (incluindo aqueles que sofreram migração forçada para a cidade, na velhice, em busca de acesso a serviços de saúde, mas que mantiveram suas propriedades rurais); e c) atuar como liderança reconhecida em movimentos sociais na luta por direitos da população camponesa. A captação ocorreu por meio de indicações de Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), movimentos sociais, órgãos de assistência e extensão rural (como o INCAPER), além da técnica de "bola de neve" a partir dos próprios entrevistados.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas individuais com roteiro semiestruturado, realizadas via ligação telefônica para viabilizar o alcance a todos os territórios do estado. As entrevistas tiveram duração média de uma hora, sendo gravadas em áudio e transcritas na íntegra. O roteiro de entrevista foi elaborado com base em estudos prévios sobre políticas públicas e legislação. Foram abordadas questões contemplando variáveis sociodemográficas, as "Concepções e vivências de velhice e ruralidade" e o "Mapeamento de grupos, movimentos e ações".

A pesquisa cumpriu as diretrizes éticas do Conselho Nacional de Saúde (Resoluções nº 466/12 e 510/16) e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (CAAE nº 75900423.0.0000.5542). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi lido previamente, e o aceite dos participantes foi obtido de forma verbal antes das entrevistas. Para manter o sigilo sobre a identidade dos participantes, estes foram nomeados pelo número da entrevista (exemplo: P1, P2 etc.).

#### **b. Tratamento e análise de dados**

O tratamento e a análise dos dados seguiram os preceitos da Teoria Fundamentada nos Dados (CHARMAZ, 2009). Visando construir uma teoria interpretativa a partir das narrativas das vivências dos participantes, o processo analítico ocorreu em quatro fases — codificação aberta, focalizada, axial e teórica —, com o suporte metodológico da escrita contínua de memorandos para a integração das categorias.

### c. Resultados e Discussão

Para garantir a transparência do processo analítico e demonstrar a trajetória de abstração dos dados empíricos, a Tabela 1 apresenta a matriz de codificação estruturada a partir da Teoria Fundamentada nos Dados. O processo de codificação aberta e focalizada permitiu agrupar as falas das lideranças em eixos temáticos que, posteriormente, por meio da codificação axial e teórica, deram origem à 13 códigos axiais, com destaque para Ruralidade, Velhice, Trabalho, Campo-cidade e Militância.

**Tabela 1.** Codificações focalizada e axial.

| Axial                                      | Focalizada                                                               |
|--------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
| Ruralidade                                 | Autoidentificação com o rural                                            |
|                                            | Dificuldades da vida no campo                                            |
|                                            | Dificuldades e benefícios do envelhecimento na roça                      |
|                                            | Vida no campo - boa, tranquila e saudável                                |
|                                            | Negação do rural antigamente                                             |
| Velhice                                    | Nomes das velhices 60+                                                   |
|                                            | Velhice ativa (autoidentificação e sentimentos positivos)                |
|                                            | Velhice como declínio físico/cognitivo (negação e sentimentos negativos) |
|                                            | Velhice feminina: 55+                                                    |
|                                            | Velhice para direitos: 65+                                               |
| Rotina e vida familiar/<br>Comunitária     | Convivência familiar e comunitária                                       |
|                                            | Rotina de atividades                                                     |
|                                            | Relações intergeracionais                                                |
| Trabalho                                   | Aposentadoria                                                            |
|                                            | Rotina de trabalho                                                       |
|                                            | Trabalho na agricultura                                                  |
|                                            | Ocupações tradicionais                                                   |
| Capacitação e profissionalização camponesa | Valorização do estudo formal                                             |
| Campo-cidade                               | Ida à cidade por necessidade                                             |
|                                            | Permanência do idoso no campo                                            |
| Condições de vida e direitos               | Melhoria nas condições de vida rural                                     |
|                                            | Oferta e participação de atividades para idosos                          |
|                                            | Atividades para idosos no sindicato                                      |
| Militância                                 | Liderança e participação social                                          |
|                                            | Militância em pautas político-religiosas                                 |
|                                            | Militância em pautas rurais                                              |
|                                            | Militância em pautas ambientais                                          |
|                                            | Militância em pautas étnico-raciais                                      |
|                                            | Violência na luta pela terra                                             |
| Sucessão familiar                          | Sucessão familiar e cuidado                                              |
| Preconceito e discriminação                | Preconceito e discriminação                                              |
| Política e controle social                 | Envolvimento em órgãos de controle social                                |
|                                            | Envolvimento político                                                    |
| Controle social                            | Envolvimento em órgãos de controle social                                |
| Formação crítica para a luta               | Valorização do conhecimento popular                                      |

A organização dos dados apresentada na Tabela 1 evidencia a capilaridade das narrativas coletadas, demonstrando como a experiência cotidiana das lideranças é traduzida em categorias que operam em diferentes níveis de abstração. Os 13 códigos axiais identificados não funcionam de forma isolada; eles se entrelaçam para compor o cenário onde as identidades são negociadas. Observa-se que eixos como *Ruralidade*, *Velhice* e *Militância* emergem como as dimensões de maior densidade analítica, fornecendo a base empírica para compreender como o sujeito se posiciona frente às tensões sociais. Essa estrutura de codificação revela que a vida no campo e o avançar da idade não são apenas fatos biográficos, mas categorias políticas que ganham sentido na ação coletiva.

A partir dessa organização, a compreensão das concepções e vivências da velhice, sob o contexto de vida das lideranças rurais no estado do Espírito Santo, revelou um complexo jogo identitário. Os achados indicam que assumir-se como "pessoa idosa rural" não é um processo natural, mas o resultado de uma intensa disputa entre a forma como o Estado e a sociedade os definem (heterocategorização) e a forma como eles próprios reivindicam sua existência (autocategorização). À luz da Teoria da Identidade Social (TAJFEL, 1983), a dupla pertença a esses grupos estrutura a base de mobilização desses sujeitos, funcionando como uma âncora contra o sistema de estratificação social considerado injusto pelo grupo.

A categoria *ruralidade* apresentou-se intimamente relacionada à territorialidade e a dimensões valorativas. Um achado singular neste processo é o código “negação do rural antigamente”, que denuncia um passado marcado pela assimilação do estigma. O relato de P13 é emblemático sobre o peso da heterocategorização urbanocêntrica: "Eu já tive tempo que eu tinha vergonha de falar que eu era agricultora rural [...] hoje em dia, eu não tenho mais vergonha disso". Essa superação ilustra uma estratégia de criatividade social (TAJFEL & TURNER, 1986): os sujeitos alteraram os valores associados ao seu grupo, transformando a vergonha imposta de fora em uma autocategorização de orgulho, ancorada na liberdade e no ambiente saudável ("Ah, eu acho bom [...] você tem mais liberdade" - P7). Nesse sentido, a disputa por sentidos sobre o envelhecer no campo revela que as identidades não são fixas, mas processos em constante negociação frente às ameaças externas. No meio rural capixaba, isso se traduz na ressignificação de elementos outrora estigmatizados — como a labuta física — em

pilares de uma “superioridade moral” camponesa, fundamentada na autonomia produtiva e na conexão com a natureza (WANDERLEY, 2009; WOORTMANN & WOORTMANN, 1997).

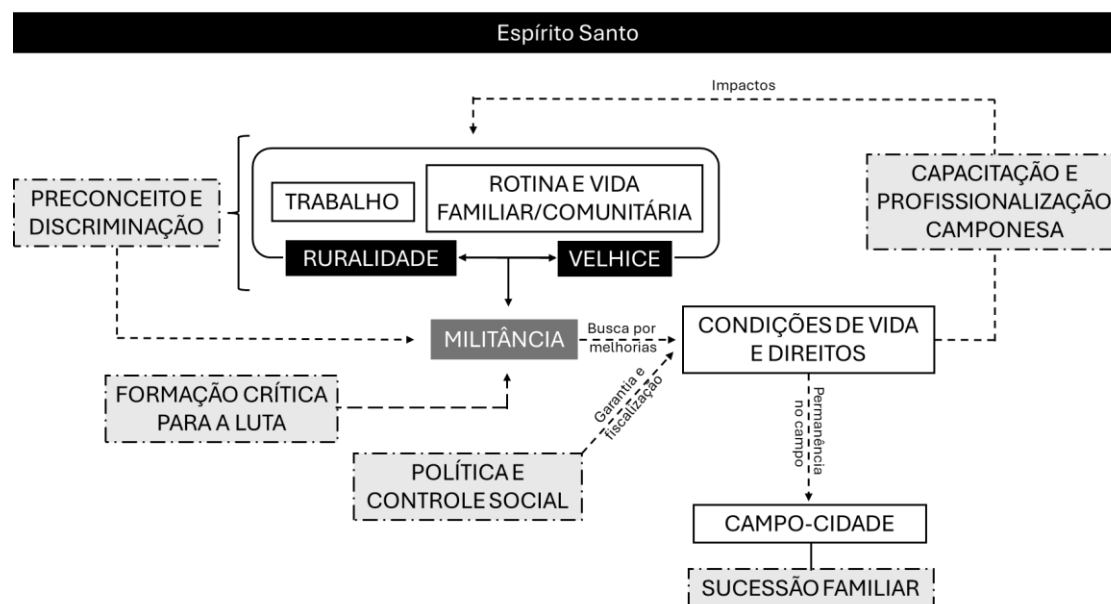
Essa ressignificação estende-se ao enfrentamento do etarismo. No que tange à categoria *velhice*, evidenciou-se a clara rejeição à imagem de declínio (heterocategorização dominante) em prol da “velhice ativa” (autocategorização positiva). Para a pessoa idosa rural, a identidade positiva é estritamente condicionada à capacidade de trabalho, elemento central para a preservação da utilidade social (SILVA, 2020): “Enquanto eu tiver saúde, podendo trabalhar [...] a minha idade não me preocupa não” (P10). Essa percepção ativa tensiona a cronologia burocrática, evidenciando que a fronteira da velhice, muitas vezes, definida pelas políticas de assistência e previdência (CAMARANO & PASINATO, 2004), é constantemente negociada e ressignificada na lida do campo. A manutenção da capacidade de trabalho atua como um escudo psicológico contra o estigma da dependência e do isolamento. Para a pessoa idosa rural, o trabalho transcende a subsistência: ele é o eixo de validação da utilidade social e o principal mecanismo de enfrentamento ao etarismo, permitindo que o sujeito preserve um autoconceito positivo mesmo diante das pressões da cronologia burocrática (DEBERT, 1997; SILVA, 2020).

A criatividade social (TAJFEL, 1983) e o autoconceito positivo (TAJFEL, 1982), contudo, esbarram na barreira da invisibilidade estatal. A ausência de políticas públicas capilarizadas converte o campo em um espaço de omissão governamental (ALCÂNTARA, 2016; MACEDO *ET AL.*, 2018; VASQUEZ, 2009). Diante da ameaça contínua à integridade material e simbólica do grupo, a *militância* constitui-se como o eixo central de afirmação da identidade. Como a mobilidade social individual (fuga para a cidade ou negação da velhice) não é desejada por essas lideranças, o engajamento coletivo no polo da mudança social torna-se imperativo (SIMON & KLANDERMANS, 2001; TAJFEL, 1983).

É nesse engajamento que a relação entre as concepções de vida e a militância se consolida. A ação coletiva não é um mero acessório, mas uma estratégia de competição social, que busca por recursos simbólicos e concretos, permitindo transformar a vulnerabilidade em liderança. A dinâmica ilustrada na Figura 1 demonstra que a identidade de “pessoa idosa rural” só ganha força e reconhecimento político quando

articulada pela militância.

**Figura 1.** Codificação teórica: dinâmica de relação entre as concepções de velhice, ruralidade e militância.



**Fonte:** elaboração das autoras.

Diante do vácuo estatal e da insuficiência das respostas institucionais, a militância surge não apenas como uma luta por recursos, mas como uma estratégia de proteção identitária. O engajamento político permite que o sujeito realize a transição de um status estigmatizado para uma identidade politizada (SIMON & KLANDERMANS, 2001). Ao se reconhecer como militante, o indivíduo altera sua posição na hierarquia social: ele deixa de ser o “idoso que precisa de ajuda” para se tornar a liderança que exige direitos e monitora as políticas públicas (GOHN, 2019).

Ao atuarem em Sindicatos (STTR/FETAES), Associações e movimentos de base (como quilombos e pastorais), esses sujeitos subvertem a heterocategorização do Estado. A afirmação da militância faz com que deixem de ser vistos como "aposentados inativos" ou "camponeses atrasados" para se afirmarem como guardiões da territorialidade, fiscais de direitos e promotores da sucessão familiar (P1: "viver no campo tem essa preocupação do futuro, da continuidade da mão de obra"). Onde o Estado se omite, ignorando a intersecção entre velhice e ruralidade, o Sindicato e os movimentos atuam não apenas como mediadores de direitos (GOHN, 2010; MIRANDA & FIÚZA, 2017), mas como espaços legitimadores dessa identidade.



A militância, portanto, atua como a resposta à heterocategorização. O engajamento político é o que permite à pessoa idosa rural afirmar-se publicamente com uma identidade de prestígio e resistência (SIMON & KLANDERMANS, 2001; TAJFEL, 1983). Assim, as formulações de políticas sociais precisam ultrapassar a visão assistencialista (CAMARANO & PASINATO, 2004) para reconhecer e dialogar diretamente com essas instâncias de mobilização (GOHN, 2019), entendendo que, para esses sujeitos, ser uma liderança idosa rural é, antes de tudo, um ato de afirmação política e identitária frente à omissão estrutural (ALCÂNTARA, 2016; VASQUEZ, 2009).

A grande contribuição da análise desses processos reside na constatação de que, para essas lideranças, a velhice não representa o encerramento da vida pública, mas o ápice de uma trajetória de luta e de transmissão de saberes técnico-ancestrais. Essa robusta afirmação identitária, contudo, denuncia que a luta pela garantia de direitos no campo opera, majoritariamente, sob a lógica de uma cidadania mediada pelos movimentos. Os mesmos sujeitos que atuam na linha de frente da soberania alimentar e da sucessão familiar são, paradoxalmente, invisibilizados pelos poderes públicos municipais e estaduais no que tange às demandas próprias do envelhecimento, obrigando as organizações da sociedade civil a preencherem as lacunas deixadas pela omissão governamental (ALCÂNTARA, 2016; GOHN, 2010).

#### **d. Considerações finais**

A presente pesquisa evidenciou que o envelhecimento no contexto rural do estado do Espírito Santo é um fenômeno marcado pela resistência ativa. Ao cumprir o objetivo de analisar a articulação entre velhice, ruralidade e militância, constatou-se que esses sujeitos subvertem os estereótipos de passividade e declínio, ressignificando suas trajetórias por meio de uma identidade politizada e vinculada à utilidade social do trabalho.

Os principais achados demonstram que a militância atua como o eixo transacional da identidade dessas pessoas idosas. É o engajamento coletivo que permite a transição de um status de vulnerabilidade logística e digital para uma posição de liderança e agência política. Conclui-se que a garantia de direitos para essa população ainda é dependente de mediações sindicais e comunitárias, revelando um vácuo na presença direta das políticas de assistência e saúde nos territórios rurais.

Como contribuição, este estudo oferece subsídios para a formulação de políticas sociais que superem a visão assistencialista e urbanocêntrica. Recomenda-se a criação de canais institucionais intersetoriais que reconheçam a pessoa idosa rural como protagonista, assegurando a infraestrutura necessária para o envelhecimento digno no território e nos diferentes contextos.

Apesar do alcance estadual da amostra, a pesquisa apresenta como limitação a realização das entrevistas exclusivamente via telefone devido à dispersão geográfica, o que pode ter omitido nuances da observação *in loco*. Sugere-se que estudos futuros explorem de forma etnográfica a rotina dessas lideranças, aprofundando as discussões sobre a intersecção entre gênero e sucessão familiar no cotidiano das comunidades.

## Referências

- ALCÂNTARA, A. O. **Envelhecer no contexto rural: a vida depois do aposento**. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 51-62. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7253>.
- ALVARENGA, M. C. V. H.; LOBATO, L. V. C. **Política Nacional do Idoso: uma contribuição a partir da análise de políticas**. Sociedade em Debate, Pelotas, v. 29, n. 1, p. 139-154, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47208/sd.v29i1.3302>.
- BONOMO, M.; SOUZA, L. D. **Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural**. Avances en Psicología Latinoamericana, Bogotá, v. 31, n. 2, p. 402-418, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79928611008>.
- CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. **Introdução**. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?**. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.
- CEREZA, V. C. **A importância da previdência para a proteção social dos(as) trabalhadores(as) rurais no Brasil**. São Paulo: Editora Dialética, 2022.
- CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- DEBERT, G. G. **A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 39-56, 1997. Disponível em: [http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/34/rbcs34\\_03.pdf](http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/34/rbcs34_03.pdf).

FAVARETO, A. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou "inovação por adição"?**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100021>.

GOHN, M. G. **Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 10-17, 2010. DOI: <https://doi.org/10.4013/166>.

GOHN, M. G. **Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais**. Caderno CRH, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, 2019. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655>.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/ca93b770f7ef3931bd425cdea60c8b5c.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ca93b770f7ef3931bd425cdea60c8b5c.pdf).

MACEDO, E.; ULRICH, V.; BÓS, A. M. G.; BÓS, Â. J. G. **Fatores relacionados à autopercepção do estado de saúde em idosos residentes no meio rural do Brasil**. Scientia Medica, Porto Alegre, v. 28, n. 3, p. ID29698, 2018.

MIRANDA, E. L.; FIÚZA, A. L. C. **Movimentos sociais rurais no Brasil: o estado da arte**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 55, n. 1, p. 123-136, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550107>.

NERI, A. L. O legado de Paul B. Baltes. **A Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento**. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 17-34, 2006.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: OPAS, 2005. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento\\_ativo.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf).

SILVA, W. F. S. **Análise da previdência social sobre a desigualdade de renda no meio rural alagoano: evidências a partir da decomposição do índice de Gini**. Revista Inflexão, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 14-25, 2020.

SIMON, B.; KLANDERMANS, B. **Politicized collective identity: a social psychological analysis**. American Psychologist, Washington, v. 56, n. 4, p. 319-331, 2001.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais: estudos em Psicologia Social**. Vol. 1. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais: estudos em Psicologia Social**. Vol. 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

TAJFEL, H.; TURNER, J. C. **The Social Identity Theory of Intergroup Behavior**. In: JOST, J. T.; SIDANIUS, J. (Eds.). **Political psychology: key readings**. New York: Psychology Press, 1986. p. 276-293.

VASQUEZ, G. C. F. **A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas**. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 29, n. 4, p. 856-867, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400015>.

WANDERLEY, M. D. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a semente e o fruto**. Brasília: Editora da UnB, 1997.